

Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos

Letícia Borge Nedel*

Resumo. O artigo explora o modo como diferentes processos e atores laboram a formalização de memórias coletivas, focalizando especificamente as relações entre regionalismo e identidade nacional no Rio Grande do Sul. Retomando posições divergentes quanto ao “peso” das Missões na configuração da memória local, examina formas oficiais e subterrâneas de representação da ancestralidade *gaúcha*. Ambas se encontram vinculadas a um discurso regionalista patentado, de um lado, pela ação do Estado em suas relações com os intelectuais e, de outro, por sujeitos identificados com a arte popular e com o tradicionalismo. Finalmente, chama a atenção para as relações de interdependência entre História e memória, observando que o conhecimento acerca das arenas de luta pelo controle da cultura e dos imaginários permite recolocar a questão dos estilos de construção historiográfica, relacionando-as à identidade social do historiador.

Palavras-chave: Memória. Historiografia. Regionalismo. Rio Grande do Sul.

Este texto aborda parte do processo de construção de uma memória histórica nacional para o Rio Grande do Sul, examinando duas variantes de um discurso *regionalista* que é patentado e veiculado, de um lado, pela ação do Estado em suas relações com

*Letícia Borge Nedel é Mestre em História Social pela UFRJ e Doutoranda em História na UnB.

os intelectuais e, de outro, por sujeitos identificados com a *cultura popular* e com o tradicionalismo. A análise envolve uma espécie de “geopolítica” da memória local, na qual se tentam entrever questões ligadas à renovação de métodos, abordagens e objetos que a História vem experimentando nas últimas décadas. Essa renovação tem sido reivindicada por diferentes linhas de pesquisa que tomam, entre outros temas, os processos identitários por objeto de análise.

Neste caso, trata-se de explorar a dinâmica segmentar e conflituosa pela qual uma forma de pertencimento territorial inscrita na ordem das relações metonímicas – ou seja, de uma alteridade que se estabelece na relação parte-todo – é integrada aos quadros de uma cultura nacional que lhe precede e dá sentido. A *região*, aqui entendida como classificação derivada de um processo anterior de unificação política, depende, como outras unidades de singularização cultural, da organização da experiência em um relato encadeado, capaz de oferecer um sentido de ancestralidade, isto é, de continuidade e coerência entre passado e presente.¹ Tendo esse pressuposto em vista, três interrogações vão pontuar a reflexão. Considerando o lugar ocupado pela operação histórica² em nossa sociedade, a primeira questão interroga sobre como o desenvolvimento da disciplina contribuiu para a formalização de modelos consensuais em torno do passado e demais aspectos constitutivos da *regionalidade* sulina. A segunda questão indaga sobre os limites dessa memória alimentada pela prática historiográfica, ao considerar a concorrência entre os intelectuais e outros agentes também envolvidos com a enunciação do discurso identitário, mas atuantes do lado de fora das instituições. A última questão inquiri sobre o modo como os historiadores de hoje devem lidar com as interconexões entre História e memória e quais as tensões resultantes desse cruzamento. Em outras palavras, é lícito reduzir o discurso histórico a uma entre outras práticas mediadoras do passado – como o mito por exemplo –, ou a disciplina mantém uma relação específica com o referente que nos autoriza a classificá-la numa categoria à parte?

Essas questões serão elucidadas em um plano narrativo, cumprindo a meta comum a todo historiador de contar uma história,

com seus impasses e desenlaces, para dali extrair algum resultado teórico. O *corpus* documental é formado por dois textos de naturezas diferentes, um historiográfico, outro poético. O primeiro é um parecer fornecido ao Governo do estado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) em 1955. O segundo texto traz a transcrição de uma *payada*, algo situado entre a música e a poesia *gauchescas*, e que portanto envolve práticas encenadas num espaço social onde a oralidade detém um papel privilegiado de transmissão de saberes e valores. A *payada* em questão, intitulada *Defeito*, caracteriza-se pelos versos de teor agressivo, expressamente dirigidos à academia histórica. Eles foram compostos por um artista que, sem nunca ter usufruído do estatuto de intelectual, deixou sua marca no imaginário *regional* com uma obra que concebe um Rio Grande do Sul feito à imagem e semelhança das Missões,³ tendo como âncoras a presença indígena guarani e a experiência jesuítica. O autor do poema é o autodenominado “*payador indomado*”, Noel Fabrício Borges da Cunha, mais conhecido por Noel Guarany, compositor e intérprete que, além de reivindicar a herança missioneira para os habitantes do estado, retrata o herói civilizador *gaúcho* como tipo humano originário (autóctone) de um território mais antigo que o Brasil, não só contíguo ao Prata, mas integrado a ele.

Os dois textos, apesar de distantes vinte anos um do outro, remetem, de forma mais ou menos explícita, a um fato preciso, ocorrido em Porto Alegre em meados dos anos 1950 e que ficou marcado na lembrança de todos os intelectuais ativos ou em início de carreira daquela época. Trata-se do “caso Sepé”, uma das tantas polêmicas que dividiram o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) entre 1945 e 1955. O debate público aberto por dois reconhecidos sócios – Moysés – Velinho e Mansuetto Bernardi, julgava a conveniência em se erguer um monumento aos 200 anos de morte do guarani reduzido Sepé Tiaraju, completados em fevereiro de 1956. Na contenda, à qual se juntaram outros historiadores, aparecem duas posições divergentes quanto ao “peso” das Missões na configuração da memória oficial

sul-rio-grandense, bem como à pertinência de integrar esse período controverso de formação do estado aos quadros da história local.

Em vista dos argumentos lançados nas alegações e acusações mútuas, e atentando à posição legitimada (e legitimadora) do IHGRS enquanto foro privilegiado de produção historiográfica no estado, este trabalho vai inscrevê-lo na “problemática dos lugares”, desenvolvida por Pierre Nora⁴ no clássico *Les Lieux de Mémoire*, publicado pela Gallimard entre 1984 e 1992. Seguindo alguns dos princípios enunciados por esse e outros autores, que não caberia enumerar de antemão, a discussão em torno do papel cabido a Sepé servirá de porta de entrada para se pensar a relação recíproca mantida entre História e memória na elaboração de certas propriedades “típicas” e supostamente congênicas da *região* em frente à formação nacional *brasileira* e às demais partes do conjunto. Veremos que, no caso em questão, essa relação foi pautada por homens para quem era dever de ofício oferecer um diagnóstico preciso da “origem” – portuguesa ou espanhola? – do Rio Grande do Sul.

Regionalismo à gaúcha

As finalidades que, nessa época, presidiam o exercício historiográfico remetem a uma concepção de “ciência” situada a meio caminho entre a pedagogia cívica e a detecção – através de técnicas documentárias regradas coletivamente – de “leis gerais” pelas quais se poderia prever a evolução histórica de uma nação, “preparando-a” para o futuro.⁵ Como assinalou Ricardo Benzaquém de Araújo, essa dupla exigência de objetividade e de entusiasmo patriótico funcionou como

uma criativa e permanente fonte de tensões no interior da historiografia, não só gerando acusações, ora de “partidarismo”, ora de falta de originalidade, mas também propiciando um instigante debate acerca das condições em que se produz a história na moderna acepção do termo” (Araújo, 1988, p.32).

A primeira coisa a notar então é que, para além das discordâncias entre os envolvidos na discussão, os marcos referenciais da formação do estado figuravam como uma conjunção de “fatos históricos” e “condições naturais” que determinariam *a priori* o destino político e moral de seus habitantes. Sobre isso, já foi bem ressaltado o engajamento das elites culturais na criação do gaúcho heróico, ícone de uma identidade marcada pela permanente “tensão entre autonomia e integração”,⁶ em que a fronteira desempenha um papel crucial no enquadramento cultural da *região*. De fato, desde o século XIX, o Rio Grande do Sul costuma ser retratado como um território de diferença substantiva em relação às demais regiões brasileiras. Encarada pelos políticos e letrados da “província” ora como um trunfo, ora como uma desvantagem, essa pré-noção é certamente consequência lógica de um paradoxo inicial: o de que a *região*, entendida como elo primário de identificação entre o indivíduo e a nação, apela, no caso rio-grandense, a uma unidade “de origem” que ultrapassa em muito as fronteiras políticas do território nacional. Apesar de se definirem tardiamente, tais limites não invalidam as experiências compartilhadas pelos habitantes do estado finalmente conquistado pelo continental império português em 1801 e os da porção espanhola do império “fragmentado” em repúblicas nas guerras de independência.

Assim, se é verdade que o passado não se impõe ao historiador por si mesmo, mas, pelo contrário, é investigado em função das perguntas elaboradas desde o presente, a insistência com que certas questões foram e continuam sendo formuladas no Rio Grande do Sul é significativa. A amplitude e a recorrência com que o pertencimento local foi estrategicamente acionado entre diferentes grupos e esferas da vida social e a ampla penetração atual desse discurso na mídia e nas instituições de governo, além da frequência com que se realizam os debates e ressignificações de noções como “gaúcho”, “região”, “fronteira”, “caudilho” etc., levaram Ruben Oliven (1989, p.13) a definir o Rio Grande como “um caso de regionalismo bem-sucedido”. Vale notar, desde já, que um “sucesso” desse tipo será sempre tão relativo e transitório quanto forem a

extensão e duração dos consensos firmados em torno dos critérios definidores do “gaúcho originário”, – donde se conclui, preliminarmente, estarmos lidando aqui com **memórias em disputa**.

Já não se fazem memórias como antigamente

Esse tema da memória tem uma trajetória recente no campo de investigação histórica. Nas ciências sociais, Maurice Halbwachs (1877-1945) foi quem primeiro se apropriou dela como um objeto específico de estudos. Resgatando-a da Psicologia do início do século, ele investigou a maneira como uma memória coletiva enraíza-se e liga-se às comunidades sociais, mostrando que a lembrança pode funcionar como instrumento de integração do indivíduo à família, ao grupo e à sociedade global.⁷ Suas obras – *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1925) e *La Mémoire Collective* (1950) –, além de situarem pela primeira vez a questão onde ela figura de fato, isto é, no terreno da linguagem, propuseram o abandono das abordagens até então conduzidas pela psicologia individual, que investia nas correlações entre memória-mnemotecnia, ou memória-mimese.⁸ Contrariamente, em Halbwachs, a memória deixa de ser pensada como uma faculdade reprodutora ou deformante de uma realidade consciente ou não; ali, ela não é mais o “espelho deturpador” da realidade, como disse Jean Pierre Rioux (1997, p.337), mas elemento constituído e instituidor do real, figurando como um fator transformador na evolução histórica de uma sociedade.

No que diz respeito ao campo de reflexão da história, entre as condições de possibilidade da emergência dos “Lugares de memória” como objeto de análise estão, segundo Pierre Nora (1997, p.4699), de um lado, o “retorno reflexivo” da disciplina sobre si mesma e, de outro, o fim de uma tradição de memória, determinado pela passagem de “uma consciência nacional unitária a uma consciência de si” individualista, psicologizada, privativa e patrimonial. Na esteira do pós 2ª Guerra, Guerra Fria, queda do socialismo real e advento do que se chegou a chamar “fim das utopias” e “crise da história”, a desconfiança para com as antigas promessas do progresso científico

e a percepção de um tempo acelerado pela mídia e os avanços tecnológicos promoveram o giro que teria levado a disciplina a se desidentificar com o próprio passado, fazendo de si mesma um campo de experimentação e análise.⁹ Desabrigada do regime de verdade inquestionável que lhe servira de refúgio no século XIX, sem poder mais apostar na coincidência entre o discurso histórico e seu referente,¹⁰ a “ciência magistra” abandona sua vocação cívico-pedagógica em prol de um olhar autocrítico, que se desloca da “nação” para a sociedade.

As histórias resultantes dessa revolução epistemológica têm em comum o projeto de romper o contrato de verdade baseado numa temporalidade linear e compartilhada, no qual o futuro parecia previsível, já que “prenunciado” pelo passado. Curiosamente, no momento em que se passa a considerar a defasagem entre o passado e o conhecimento acerca dele, vê-se reforçado o interesse dos historiadores pelo arquivo. Este, junto com a noção de documento, tem alargada sua concepção para alcançar o léxico dos atores. Assim, já nos anos setenta, pesquisas baseadas no método da história oral mostravam o caráter potencialmente opressor da memória nacional e, ao lado dela, a coexistência de temporalidades autônomas e concorrentes no tecido social.¹¹ Notada a importância da experiência e o imperativo dos sujeitos sobre o trabalho da rememoração, abria-se também, para os historiadores, a possibilidade de identificar, nas sociedades, o modo como memórias conflitantes são geradas em uma “permanente interação entre o vivido, o aprendido e o transmitido” (Pollak, 1989, p.9). Surge daí uma outra história, povoada por problemas e grupos humanos até então negligenciados pela tradição acadêmica.

Dessas considerações, procede a escolha de se trabalhar com a *payada* de Noel Guarany como um contraponto ao texto historiográfico. Até porque, sendo *Defeito* uma peça composta “em honra” de uma memória “antiacadêmica” (missioneira), além de ilustrar parâmetros alternativos de conformação de uma ancestralidade específica para o Rio Grande, ela exhibe também as contradições inerentes ao discurso identitário. Vale dizer que,

operando numa dimensão macro, o pertencimento faz-se necessariamente no sentido da incorporação e exclusão simultâneas de práticas e personagens sociais específicos. Essa dimensão seletiva é tão necessária à construção das identidades territoriais, que Ernest Renan (1997, p.13-15) chegou a inscrevê-la na própria definição da nacionalidade, ao afirmar que

L'oubli, et je dirai même l'erreur historique, sont un facteur essentiel de la création d'une nation, et c'est ainsi que le progrès des études historiques est souvent pour la nationalité un danger. L'investigation historique, en effet, remet en lumière les faits de violence que se sont passés à l'origine de toutes les formations politiques [...] L'unité se fait toujours brutalement [...] Or l'essence d'une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses.

Sem perder de vista a demonstração, pelas investigações sobre contramemórias, de que aparentes “esquecimentos” podiam se constituir, na verdade, em formas de resistência à história oficial (Pollak, 2000), o projeto de Pierre Nora volta a apostar nas instâncias institucionais de produção de lembranças feitas para serem largamente partilhadas. Com esse objetivo, a equipe de autores reeditou, no estudo da memória nacional francesa, uma história política definida, segundo o organizador, em sua extensão mais arrojada, porque dimensionada pelo simbólico:¹²

O caminho está aberto a toda uma outra história: não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o rastro de suas ações e o jogo das comemorações; não os acontecimentos por eles mesmos, mas sua construção no tempo, o apagamento e ressurgência

Letícia Borge Nedel

de suas significações. Não o passado tal como se passou, mas seus reempregos sucessivos, não a tradição, mas a maneira como ela se constituiu e transmitiu (Nora, 1992a, p.24).

O trecho citado de certa forma antecipa o itinerário da argumentação aqui desenvolvida. Ela parte da convergência havida entre o nascimento de uma disciplina e a gênese do Estado nacional, para entender a emergência, no esteio da chamada “virada lingüística”, de tantos “novos velhos” objetos, como a história política, a biografia, a narrativa, o sujeito, o acontecimento, etc. Sob esse aspecto, a longevidade do tipo de História inaugurado sob um regime de diversificação de suportes materiais da memória, posto em prática no Brasil desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – em 1838, testemunha a “intimidade” estreita que antecedeu a atual “incompatibilidade de gênios” (Rioux, 1997) entre mãe e filha, Mnemósine e Clio.¹³

De certa forma, essa incompatibilidade é traída pelo próprio deslocamento semântico que nos permite, hoje, chamar *memorialistas* aos que até ontem eram reputados *historiadores*. Contudo, se é verdade que a História deixou de ser a colecionadora das relíquias nacionais, ela se obriga a admitir ter, com a memória, uma relação de estreita interdependência. Compreender as práticas mediadoras do passado como instâncias de luta pelo controle da cultura permite-nos retilhar os caminhos que levaram a determinados estilos de construção historiográfica, colocando sob escrutínio a própria identidade social de seus artífices. Mais ainda quando situamos a narrativa, que é o modo operacional por excelência da escrita histórica, no quadro social de regulação da amnésia, pois, como bem advertiu Marc Ferro (1989, p.59), “o esquecimento não tem o mesmo estatuto segundo proceda do trabalho do historiador ou dos diferentes espaços da memória nas sociedades”.

A “região” em disputa

Tomar a principal arena de discussão historiográfica do estado como “lugar” da memória histórica sul-rio-grandense pode bem demonstrar a existência de uma polifonia de tempos dentro da própria disciplina. Isso porque, em linhas gerais, enquanto em outras partes os anos cinquenta marcaram a chegada de parâmetros de investigação que colocaram o marxismo no horizonte analítico de problemas como urbanização, subdesenvolvimento e desigualdade social do País, no Rio Grande do Sul, o modelo de referência encontrava-se ainda estreitamente vinculado ao projeto historiográfico lançado no século anterior, pela padroeira das academias de eruditos no Brasil.

A história sistematizada pelo IHGB (sobretudo a contar de 1849-50) havia servido para conferir o sentido de continuidade necessário a um passado “nacional” definido retroativamente. Delimitando seus “contornos” em bases substancialistas – e cumprindo à risca o *check list* identitário¹⁴ geográfico, étnico, histórico e folclórico que materializa a diacrise com um “outro” –, as elites políticas responsáveis por esse projeto buscavam inserir o País na cadeia civilizadora das nações ocidentais. Tratava-se de fixar, para o Brasil, uma raiz branca e européia, presumidamente confirmada por uma independência não traumática. Vale notar que o IHGB foi também o lugar onde primeiro se operou a fusão semântica entre *província* e *fronteira*, estratégia discursiva tornada recorrente no *regionalismo gaúcho*. Contemplada por uma memória pragmática e declaradamente elitista, na qual o papel do Estado central constituiu-se no fio condutor da história do Brasil (cf. Guimarães, 1988, p.9), essa fórmula específica de apreensão das “regiões” tomava-as por alvo de vigilância e controle permanentes, ou por se constituírem em espaço de estranhamento interno – caso da clássica oposição interior x litoral e da imposição de missões civilizadoras às populações indígenas –, ou por estarem diretamente vinculadas à questão da soberania do território. O Rio Grande de São Pedro encarna, dentro desse modelo fundador de um saber adequado às necessidades de centralização administrativa e de homogeneização das elites políticas

imperiais, o espaço limítrofe com um “outro” que é definido, como bem indicou Manoel Salgado Guimarães (1988, p.7), a partir do critério “das diferenças quanto às formas de organização do Estado.” De acordo com esse postulado, são acusados, internamente, os ímpetus desagregadores e a “imaturidade política” das elites periféricas, ao passo que “os inimigos externos do Brasil são representados pelas repúblicas latino-americanas [...] corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie” (id., ibid.).

A adaptação do passado local aos parâmetros de leitura da nação foi complexa e demorada. De fato, não passaram despercebidas as dificuldades intrínsecas à fundamentação histórica de uma identidade *regional* apta à competição política com as outras unidades federativas, em se tratando de um estado tardiamente integrado aos limites do Brasil e, ainda por cima, limítrofe com os “maus exemplos” de fragmentação dos estados nacionais vizinhos. imperiais, o espaço limítrofe com um “outro” que é definido, como bem indicou Manoel Salgado Guimarães (1988, p.7), a partir do critério “das diferenças quanto às formas de organização do Estado.” De acordo com esse postulado, são acusados, internamente, os ímpetus desagregadores e a “imaturidade política” das elites periféricas, ao passo que “os inimigos externos do Brasil são representados pelas repúblicas latino-americanas [...] corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie” (id., ibid.).

A adaptação do passado local aos parâmetros de leitura da nação foi complexa e demorada. De fato, não passaram despercebidas as dificuldades intrínsecas à fundamentação histórica de uma identidade *regional* apta à competição política com as outras unidades federativas, em se tratando de um estado tardiamente integrado aos limites do Brasil e, ainda por cima, limítrofe com os “maus exemplos” de fragmentação dos estados nacionais vizinhos.

Embora a consagração de instituições e grupos destinados a essa tarefa guarde uma estreita vinculação com o processo de especialização da pesquisa, sua história começa antes da criação efetiva de um Instituto Histórico e Geográfico em 1920. Na verdade, o

despertar para a particularidade cultural sulina emergiu na fenda das lutas partidárias do entresséculo XIX-XX, quando foram formuladas, no jornalismo político, as grandes questões sobre as quais os historiadores se debruçariam até pelo menos os anos 60. Proclamada pelos jovens abolicionistas e republicanos num momento de crise e de transformações profundas na matriz econômica da província, a denúncia federativista – expressa em 1870 nos termos “Centralização = Desmembramento; Descentralização = Unidade” – foi transferida, nas primeiras décadas do século seguinte, para a agenda cultural. Traduzido em bandeira de descentralização intelectual do País, o lema abasteceu um mercado de bens culturais regionais, incrementando uma tradição histórico-literária específica na qual se projetaram as linhagens locais de reconhecimento intelectual (cf. Nedel, 1999).

Por motivos que não caberiam nas dimensões deste texto, e tendo eles já sido expostos em outra oportunidade, em lugar do que Ieda Gutfreindt (1989, 1995, p.148-152) chamou de *platinismo* e *lusitanismo*,¹⁵ preferimos assinalar, nessa tradição, a presença de uma tensão permanente entre dois registros sob os quais as elites culturais definem a posição-limite do estado no concerto nacional. O primeiro deles privilegia a identificação de um sujeito *folk* – herói anônimo e *autóctone* – associado ao mundo rural, à condição de rebaixamento social e à intimidade com o meio físico. Compreende a delimitação da singularidade do Rio Grande em rota de aproximação crescente com a *gauchesca* platina, através da exploração literária da linguagem “dialetal” da fronteira, sobretudo a partir dos anos vinte. Já sob o segundo registro, ligado à história alimentada pelas pesquisas genealógicas e “descobertas” documentais, o foco de atenção desvia-se do terreno da linguagem e dos costumes para o da geopolítica, mais precisamente para as marchas e contramarchas de Portugal e Espanha sobre o Rio Grande de São Pedro.

No primeiro caso, as hierarquias de autores organizam-se em torno do cânone literário *regionalista*,¹⁶ por sua vez valorado na tensão constitutiva do mérito artístico, ou seja, situado entre a inovação e a repetição de modelos estéticos consagrados. No segundo caso, o

critério de “autenticidade” das narrativas tem procedência diversa. O juízo repousa, para todos os efeitos, em um domínio diagnóstico definidor da “verdade extraída” de registros oficiais, relativos a eventos e personagens que sintetizariam a contribuição gaúcha para a construção do Estado brasileiro. Desse modo, e diferentemente da ênfase singularizante da literatura, a vinculação pragmática da matriz histórica com o campo institucional é mais imediata, expressando-se tanto na recolha das efemérides quanto no conteúdo dos relatos. A *região* é ali submetida às percepções do centro: as *monografias* esquadrinham o território, sua população, o surgimento das cidades, a origem dos topônimos, a especialização econômica, sempre buscando inscrever a região na história nacional. Vale dizer que, contrariamente à experiência platina, no Brasil o gaúcho retratado pela História confunde-se com o agente da conquista, associação que obscurece o presumido caráter “anônimo” e “espontâneo” de suas criações.¹⁷ Deslocado da estância para a caserna, o herói civilizador desvincula-se do estereótipo do bom selvagem, passando a constar no rol nominado e nobiliárquico dos desbravadores luso-brasileiros, e não raro republicanos, que povoam o panteão político local.

Entre a ascensão e a deposição de Getúlio Vargas, os padrões descritivos da gênese regional propostos pelo IHGRS repousaram na estrita federalização do projeto historiográfico elaborado pelos notáveis do IHGB. Mesmo após a entrada de referenciais culturalistas de análise – o que viria a acontecer só na década de 1950 –, os historiadores trataram de conciliar o ideário republicano aos enunciados dos eruditos do Império, revertendo a pecha de estado limítrofe com a “barbárie” castelhana em condição de sentinela da fronteira austral da “América Portuguesa”. Sob esse critério, a tese separatista da Revolução Farroupilha chegou a ser, nas palavras de Moysés Velinho, “arquivada”, após ter sua interpretação convencionalizada pelo Congresso promovido pelo IHGRS em alusão ao Centenário Farroupilha, em 1935. Desde então, os historiadores todos se referiam a ela de um mesmo modo: como uma revolta de inspiração republicana e liberal, em defesa da integridade moral de

um Império desatento às necessidades da província. Sujeitadas as regras da disciplina à observância das fronteiras nacionais, o “lugar de origem”, “berço histórico” do Rio Grande do Sul, também foi rigorosamente fixado em um calendário oficial de efemérides. Evidentemente ele coincidia com o início da ocupação do território pelos portugueses (fundação da cidade de Rio Grande, com a construção do forte de Jesus Maria José em 1737), em lugar da experiência jesuítica que a antecederia. Sob a vigilância da “academia”, a história missioneira deixava de dizer respeito à formação do estado.

Nos anos cinqüenta, não obstante o exercício intelectual permanecer incontestavelmente legitimado pela pedagogia cívica, o diagnóstico cultural da *região* passou a ser debatido no ir e vir de duas posições contrastantes, sustentadas pelos memorialistas formados à luz dessa história historicista. Para autores como Souza Docca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho, o objeto exclusivo da “história regional” era a participação gaúcha na construção do Estado brasileiro, consubstanciada no heroísmo “documentalmente comprovado” de tropeiros desbravadores e próceres republicanos. Contrários à diversificação do acervo documental da disciplina, esse grupo de autores justificava, como a maioria dos de então, a antiga idéia da especificidade do Sul em relação ao restante do Brasil, vinculando-a mais ao papel desempenhado na conquista armada de um território em disputa do que às criações “anônimas” de uma cultura singular.

Enquanto isso, outros autores, adversários permanentes e eventualmente aliados táticos dos primeiros, defendiam a diversificação relativa dos temas de pesquisa. Sob influência do culturalismo norte-americano em voga (aqui mediado pela obra fundadora de Gilberto Freyre),¹⁸ incorporavam o linguajar, a contribuição étnica de negros e indígenas, seus costumes e sua religiosidade a um quadro de objetos compartilhado pela História e o Folclore. Declaradamente “convertidos” ao “popular”, ou por suas ligações com as vanguardas literárias modernistas de São Paulo e Recife, ou por seu apreço à temática e aos mestres da *gauchesca* platina, para eles, a afirmação das heterogeneidades regionais era a condição mesma de apreensão (e de manutenção) da unidade

brasileira. Esse vetor de maior abertura, tanto à diversidade interna da região quanto à admissão da reciprocidade cultural do Rio Grande com os vizinhos, contribuiu para o entrincheiramento de nomes como Dante de Laytano, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, entre outros, em torno do Museu Júlio de Castilhos e da Comissão Estadual de Folclore (ambos chefiados por Laytano), já que, no domínio da História, as regras continuavam ditadas pela ala adversária dentro do IHGRS.¹⁹

Concomitante à massificação do tradicionalismo e ao desdobramento de uma série de práticas rituais e comerciais de base identitária, a passagem do folclore “literário” ao folclore “científico” acompanhou então a revisão das interpretações canônicas da *região* entre os eruditos locais. Propondo uma comunicação mais assídua com intelectuais conhecidos no centro do País (entre eles, Gilberto Freyre, Renato Almeida, Roger Bastide, Melville Herkowitz), o atores envolvidos com o revisionismo que tomou conta da produção escrita da época observavam a má posição do estado em vista de outros mercados culturais regionais. Para eles, o principal adversário já não era tanto o centro, mas o Nordeste – cujos representantes haviam se colocado na ponta do processo de elaboração de bens simbólicos nacionais. Com o fim do Estado Novo, a ordem era inserir o Rio Grande nos quadros de uma *cultura brasileira* elaborada segundo a linha de representação regionalizada lançada dos anos vinte e que havia sido encampada pelo governo em pleno processo de retomada da centralização política entre os anos 1930-1945.²⁰

A retomada “científica” da herança modernista pelos historiadores, adaptada ao contexto de questionamento da autoridade da História por uma nova geração de sociólogos universitários, representou, para uma parcela dessa intelectualidade periférica, um convite à atualização da história que vinham praticando. A atualização contemplava a descrição das *regiões* a partir da cultura e de novas fontes (como a tradição oral) produzidas por grupos que a tradicional história política e diplomática não comportava. O desvio da atenção para esferas informais da vida social oferecia então, aos analistas, uma via privilegiada de reconstituição dos elos de

continuidade entre presente e passado, sujeito e objeto, região e nação. Empresa ao mesmo tempo “científica” e patrimonial, a elaboração de “história social e até íntima” da nação, baseada na crônica *regional*, cotidiana e familiar de um “passado mais próximo de todos nós”,²¹ afiançava esse diagnóstico integrador, aparecendo também como a condição necessária para que a nação superasse o estatuto de mero fato geográfico e se entranhasse afetivamente na memória de seus habitantes.

O “caso Sepé”

Nos anos 50, as tensões entre essas duas formas de configuração da regionalidade repercutiam com força, ultrapassando os muros do Instituto e mobilizando a opinião pública em geral através da imprensa, da publicação em série de obras que firmavam posição na discussão e de manifestos assinados por intelectuais dissidentes, em repúdio à ação da Comissão de História do Instituto. O *affaire* começou com um parecer, encomendado ao final de 1955 pelo Governador Ildo Meneghetti. Pelo documento, a instituição deveria se pronunciar a respeito do pedido feito ao governo por um oficial do exército, o Major João Carlos Nobre da Veiga, de mandar erguer, no município de São Gabriel, um monumento em homenagem aos duzentos anos de morte do índio guarani Sepé Tiaraju,²² corregedor da redução de São Miguel e mártir da Guerra Guaranítica. Mas o que era para ser só mais um dos tantos documentos diagnósticos encomendados àquele órgão pelo governo²³ transformou-se no desencadeador de um verdadeiro fato de opinião, repleto de agravos pessoais e de efeitos adversos ao próprio Instituto.

No pedido, o major Nobre da Veiga justificava sua demanda mostrando o sentido exemplar que uma homenagem ao herói desaparecido “em holocausto à pátria” teria, na medida em que se estaria louvando, na pessoa dele, “o passado de lutas, glórias e sacrifícios” de todo o “povo gaúcho”. A proposta foi fundamentada em duas alegações: primeiro, a de que

Letícia Borge Nedel

Ao que tudo indica, era este verdadeiro brasileiro, na acepção pura da palavra, o principal chefe dos guaranis, na resistência heróica que estes ofereceram ao cumprimento dos artigos do Tratado de Madrid, assinado por portugueses e espanhóis, em 13 de janeiro de 1750. [Segunda:] este índio simboliza na singeleza da sua vida, na pobreza de seus recursos materiais e no incomparável devotamento patriótico, o valor pessoal do brasileiro, que em todas as épocas de sua história, sempre se opôs à sanha incoercível de seus adversários [...].²⁴

363

O documento expedido em resposta pela Comissão de História avaliava o mérito dessas justificativas segundo o que julgava ser a pertinência das memórias de Sepé e do território por ele representado – as Missões – aos “gaúchos brasileiros” de então. Nessa avaliação, já de saída advertia para a dificuldade de “opinar sobre o brasileirismo de um indígena que tinha um sentido de Pátria, e que se afirmou em luta contra os portugueses.” (apud Bernardi, 1980a, p.140). Tendo um “sentido de pátria”, e de pátria que não era portuguesa, Tiaraju não poderia encarnar o patriotismo do gaúcho brasileiro, pelo simples fato de que, para a Comissão de História do Instituto, o Rio Grande do Sul estava representado nas guerras de demarcação pela parte futuramente beneficiada com a integração do território. Nas palavras dos três signatários – e dos demais membros que aprovaram o documento em assembléia ordinária –, a improcedência do pedido era cristalina, já que Sepé, sendo súdito de Espanha, só podia ser inimigo do lado (pelo menos posteriormente) brasileiro da contenda: o lado português.

Reagindo contra as estipulações do tratado de Madrid – cuja justiça ou injustiça não é o momento de considerar – Sepé somente poderia ter em vista a integridade territorial da chamada “Província do Paraguai”, a que pertenciam os sete povos das Missões: defendia, portanto, em última análise, a Coroa

espanhola [...] A conclusão parece-nos irretorquível: não só é inaceitável o “brasileirismo” de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa (idem).

Na argumentação, os historiadores também aproveitaram para condenar uma série de mitificações em torno desse herói indígena já promovido a santo e a motivo folclórico, o que lhe alterava o significado, desfigurando a “personalidade real”, única relevante à luz da ciência histórica e digna de sua “exegese”. Sugeriam então, em substituição a Sepé, que se desse um título a Rafael Pinto Bandeira, apelidado “o fronteiro do sul” (ibid., p.141) por ter ajudado a despertar no Rio Grande a consciência de autodefesa a partir da resistência à invasão espanhola de 1763:

Quando lemos que Sepé foi “o Primeiro Caudilho Rio-grandense” a nós mesmos perguntamos que noção ele poder ter do Rio Grande do Sul, e se nos será lícito praticar a grave injustiça de conferir-lhe um título a que tem inconcusso e líquido direito um Rafael Pinto Bandeira, o fronteiro do sul, que delineou as nossas fronteiras e que, com seu ingente esforço criou e consolidou esse Rio Grande do Sul, que Sepé valentemente combateu, opondo-se quanto pôde, ao destino histórico de sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil? (idem).

Assim, os historiadores de então, contrários ou não a Sepé, restringiam a relação do discurso histórico com o referente ao refinamento da crítica documental externa, calcando-a na exatidão cronológica dos fatos e na autenticidade das fontes oficiais. Enquanto o heroísmo de Sepé era destituído de significação histórica e principalmente de qualquer valor simbólico integrador, o de Pinto Bandeira podia, pelo contrário, ser situado no solo do rigor científico,

tendo a seu favor, como demarcadora dessa diferença, a existência de um documento “autêntico”, “valioso” e “comprobatório” (apud Bernardi, 1980a, p.140). Com esse argumento, a erudição documentária subtraía Sepé do capital nacional da história gaúcha, deslocando-o para o terreno incerto das lendas e das superstições.

Mas o Major não estava sozinho, e, imediatamente, outros eruditos vieram em socorro de seus motivos e de encontro aos argumentos da Comissão. O primeiro a fazê-lo, e talvez o mais enérgico dos que o fizeram, foi Mansuetto Bernardi, que passou todo o ano seguinte se confrontando publicamente com Moysés Velinho.²⁵ A essa altura, Mansuetto Bernardi era, tanto quanto Velinho, uma personalidade célebre na vida cultural e política do estado.²⁶ Mais do que isso, ele era um velho interessado no assunto Sepé. Ainda quando pleiteava uma vaga de sócio no Instituto, em 1926, fizera uma palestra no Museu Júlio de Castilhos (a convite de seu diretor, Alcides Maya), intitulada *O Primeiro Caudilho Rio-Grandense*, quando procurou confirmar a tese de que o primeiro caudilho do Rio Grande do Sul, ao menos “cronologicamente, foi o cacique Sepé Tiaraju, que nasceu e viveu, combateu e morreu no território dos Sete Povos das Missões, na época pré-açoriana.” (Bernardi, 1980a, p.17). Sem entabular uma conceituação precisa do “caudilhismo” (como mais tarde se tornaria hábito, ainda que de maneira invertida entre os historiadores do Prata e do Rio Grande do Sul), Mansuetto louvava a audácia e o patriotismo do índio que, sem o apoio dos missionários, dirigira a resistência indígena ao confisco dos bens e terras em que viviam e viveram seus ancestrais por 150 anos. Após descrever a atuação “bravia” de Sepé na guerra de demarcação, relatava ainda sua “ressurreição” lendária como “protomártir civil das Missões” (Bernardi, 1980a, p.28), documentada pela poesia gauchesca e pela tradição oral, nas quais aparecia canonizado como São Sepé e abençoado pelo “lunar”.

Na semana do Bicentenário, Bernardi (1980b, p.37) publicou, no *Correio do Povo*, um manifesto no qual se mostrava indignado com o fato de, sendo membro antigo da Associação, ver-se desautorizado por ela.²⁷ Além disso, recorreu a outros sócios para

forçar uma retratação dos responsáveis pelo parecer, liderou a campanha pelo monumento e, ainda naquele ano, convenceu o Padre jesuíta Luiz Gonzaga Jaeger, especialista em Missões e em Companhia de Jesus, a manifestar publicamente sua inconformidade com a votação (seu voto tinha sido o único “sim, com restrições” na reunião que aprovou o parecer por sete a zero) e a fazer um mea-culpa em frente aos pares, lançando sua réplica à Comissão na assembléia seguinte.²⁸ Meses mais tarde, Bernardi ainda encabeçava uma lista de vinte e um sócios que, num contraparecer entregue ao Governador, desautorizavam a Comissão de História.²⁹

O contra-ataque não só não tardou, como se prolongou bastante, sob as penas de Moysés Velinho e de Othelo Rosa. Não bastasse Bernardi tentar habilitar a memória de um líder que, tendo lutado contra os exércitos de Portugal (e Espanha, diga-se de passagem), podia ser considerado “traidor” do Rio Grande, fazer isso associando-o com o caudilhismo, fenômeno que o Instituto sempre se empenhara em restringir aos ditadores platinos, era ultrapassar os limites canônicos da História.³⁰

Durante anos, continuaram sendo lançados argumentos e protestos pelos jornais que poderiam continuar sendo expostos até a exaustão. Mas, nos limites de que dispomos, gostaríamos agora de destacar alguns aspectos presentes no debate, antes de entrar na posição de Noel Guarany. O primeiro deles é o de que, além da região, a figura do “gaúcho heróico” foi o objeto maior de disputa, já que sua ressemantização e reabilitação moral eram as precondições do próprio uso gentílico. O segundo aspecto é o de que, apesar de todas as aparentes discordâncias entre os “leitores” eruditos do monumento a Sepé, é notável o acordo dos historiadores quanto à necessidade de obedecerem a preceitos de cientificidade, condicionando o exercício da pedagogia cívica às “descobertas” documentais. De um lado, pressupunham o entendimento do objeto como uma realidade externa à problemática levantada pelo historiador – e, por isso, a condição geopolítica do estado, sua situação de fronteira, pôde ser tomada ao mesmo tempo como um “fenômeno” e como “chave explicativa” do passado. De outro lado,

essa história-memória, preocupada que estava em edificar um caráter inato para a região, buscava também identificar os heróis fundadores, e nisso residiu a polêmica de 1955. Daí outro aspecto fundamental: o de que, nessa construção seletiva, afetiva, performativa e competitiva de atributos do gaúcho (e por extensão de todos os sul-rio-grandenses), houvesse a estratégia comum de “resgatar” diferentes pontos no mapa regional, conferindo-lhes cargas desiguais de historicidade. Nesse sentido, fica claro que o “rigor comprobatório” das fontes escritas servia tanto para fundamentar uma total ausência de objetividade de parte do historiador – ou melhor, uma objetividade totalmente delegada ao documento –, quanto uma tradição disciplinar cuja função devia ser a de arbitrar a transmissão dos valores patrióticos, garantindo a liderança e a legitimidade do Rio Grande no concerto da federação. Sob esse pressuposto, a região constava, nas formulações históricas desde Bernardi até Velinho, como o elemento **precursor da nacionalidade**. Ela surgia como vínculo natural primário, não apenas anterior ao vínculo nacional, mas responsável direto pela construção ou pela quebra dessa unidade. Dadas essas condições, suprimir a presença indígena e missioneira na memória era o jeito de apagar a ingerência espanhola na história regional, ou seja, o passado era lido e reescrito de trás para frente.

O discurso das origens – essa “forma profana da narrativa mitológica” (cf. Nora, 1997, p.34) – formou o repertório dos clássicos publicados no Rio Grande do Sul, e a dramaticidade com que os autores tentaram resolver a ambigüidade identitária do estado talvez só seja comparável ao bem conhecido dilema racial brasileiro. O teor obsessivo dessa busca sugere que são os termos sob os quais os estudiosos da história concebem o objeto e a operação que pretende dar conta dele que determinam a natureza das relações entre seu trabalho e a função celebradora da memória. Se, como quer Nora, a vigilância comemorativa é o que perfaz a verdade da memória institucionalizada, ela também sustentou a legitimidade profissional dos historiadores no Rio Grande do Sul. Sob esse aspecto, as dissensões entre as vertentes não dizem respeito somente à atribuição de uma função socializante para as narrativas, mas a

contextos específicos de luta pela abertura e reconhecimento público de espaços próprios de atuação dos intelectuais.

Enquanto “guardiães” da memória regional, os historiadores contaram com o direito de enquadrar os significados extraídos de um passado que era, ao mesmo tempo, inventado e inventariado e, portanto, um meio eficaz de legitimação de poderes. Precisamente nesse ponto, revela-se o proveito de uma história dos lugares em que se refugia o passado da disciplina histórica. Esse objeto novo pode bem manifestar o campo de possibilidades metodológicas em que se vem atuando, no cruzamento entre as novas linhas de pesquisa e uma história das representações, em que o cultural não existe *per se*, mas é social e concretamente instituído.³¹ Em outras palavras, se o estudo das práticas mediadoras do passado sugere a necessidade de uma história social de seus **sujeitos** mediadores, essa última análise há de mostrar que a história contada nas instituições diretamente encarregadas de sua produção é função, também, das lutas travadas entre os “profissionais do enquadramento” da memória.³²

Vale então inserir, na análise da controvérsia de Sepé, um dado que diz respeito ao estado de forças na competição entre os intelectuais da História e outros agentes mediadores, sobretudo os tradicionalistas, que aparecem com força no processo de “transbordamento” da memória gaúcha nos anos cinqüenta. Enquanto a linha interpretativa de Velhinho e Rosa prescrevia o passado regional como o capítulo militar da história brasileira, a posição contrária – representada por Bernardi e, mais ainda, pelo grupo que o apoiava (historiadores-folcloristas, como Dante de Laytano e Walter Spalding) – investia na memória “local” (cf. Gasnier, 1997, p.3423-3478), abrigada nos costumes e no folclore. Tributária dos próceres das literaturas romântica e modernista, coletora não só dos documentos oficiais, mas do passado “presentificado” pela tradição oral, essa memória ativista sugeria uma relativa variação de temas em relação ao repertório clássico da historiografia, sobretudo porque o local ali se fazia representar por um novo sujeito histórico, pelo “guardião” de um passado vivenciado na prática: o “povo”, único elemento capaz de revelar o “substrato psíquico” da província.

Assim, nem a organicidade da historiografia ocupada com as *origens*, nem a correlação das versões históricas com os posicionamentos políticos dos autores devem ofuscar o aspecto litigioso da normalização do passado no Rio Grande do Sul. O patrulhamento exercido pelo Instituto confirma o caráter sedicioso da identidade local, que nunca partiu de um consenso apriorístico quanto aos seus atributos. Pelo contrário, a prática hoje corrente de representar o estado pelas alegorias “típicas” de um território singular, mas radicalmente integrado ao conjunto das demais especificidades regionais que constituem a pluralidade indivisível como um traço próprio “da” cultura nacional, foi construída à custa de reformulações periódicas e de acirradas disputas por prestígio e autoridade intelectuais. Sob a roupagem do rigorismo documental das análises, estava em jogo, nas discussões, não apenas a “validade” científica ou a grandeza moral das interpretações, mas a legitimidade em se constituírem seus autores como “porta-vozes” da região.

Fora dos meios institucional e acadêmico, essa legitimidade, se não chegou a ser questionada pelo Movimento Tradicionalista como um todo, foi duramente atacada por um jovem intérprete, também crítico do próprio tradicionalismo, que preferia, por questões sobre as quais não caberia falar agora, denominar-se nativista e que, como ele, se mostrava preocupado com a erosão dos costumes antigos.

O autor, “mais brabo do que mutuca”³³

Gaúcho missioneiro, nascido “na Bossoroca” (então pertencente ao município de São Luiz Gonzaga) em 1941, Noel Guarany profissionalizou-se em 1962, após viajar pelo Paraguai, Argentina e Uruguai. Revendo a própria trajetória, o intérprete confere um sentido iniciático a essa viagem (“antes eu cantava a troco de canha”) (Noel..., 1977). Segundo ele, a experiência foi a responsável pela troca de seu repertório, até então formado por tangos e boleros, por um outro, afinado com a milonga, a chimarrita e os temas folclóricos gauchescos. Após a viagem, Noel também passou

a reclamar para si uma imagem de erudito e pesquisador da música missioneira. Em entrevista concedida nos anos 70, pouco após cancelado, pela censura, o *show* que faria em companhia de nomes como Milton Nascimento, Chico Buarque, MPB4 e Nara Leão, Guarany repontava essa auto-identificação estreita entre vida e obra, comum quando se trata da arte engajada no proselitismo identitário:

Quando eu quis cantar as Missões e não sabia por onde começar, fui até Assunção, no Paraguai, e de lá fui descendo pelos campos, pelos meios rurais paraguaios. Depois entrei na Argentina, estive em Misiones, de lá a Corrientes, depois Santa Fé, onde existe muito índice de música guaraníca. De Santa Fé passei à fronteira do Uruguai, cuja música em muitos casos assemelha-se à paraguaia. Mas aqui no Rio Grande do Sul não havia autoridade musical nenhuma, a não ser o Barbosa Lessa, que tem conhecimento de causa, mas não tinha intérpretes para suas músicas. Então, dentro da poesia do Barbosa Lessa, do Jayme Caetano Braum e do Aureliano de Figueiredo Pinto, encontrei condições de cantar as Missões, e de agüentar no osso do peito, dizer: “essa aqui é a música missioneira” (idem).

Em 1983, Noel Guarany abandonou com alarde a cena artística (Noel..., 1983), retornando, anos mais tarde, não menos indignado, dizendo-se

[...] cansado dessa situação de país subdesenvolvido, onde é preciso passar por mil peripécias culturais. Sou um especialista em folclore missioneiro, mas nunca me chamaram para falar sobre isso. Preferem outros bobalhões por razões políticas. O Brasil é um país comandado por mentecaptos (Guarany apud Etelvein, 1988).

Morto em 1997, aos 56 anos, Guarany é, de fato, um dos nomes menos celebrados publicamente pelo MTG. Ao contrário de Jayme Caetano Braun, Barbosa Lessa, Antônio Augusto Fagundes e Paixão Cortes, por exemplo, ele não tem CTG batizado com seu nome, nunca trabalhou para o Estado nem administrou qualquer das instituições fundadas no esteio da proliferação de CTGs nos anos 50, embora tenha sido reconhecido como um dos grandes nomes da *gauchesca* (gênero que inclui composições argentinas e uruguaias, além de rio-grandenses) por críticos do centro do País, como Maurício Kubrusly e José Ramos Tinhorão.

O Defeito em questão

A *payada Defeito*³⁴ figura como uma espécie de libelo tardio contra a versão histórica oficial defendida pelos pareceristas do IHGRS. Organizada em duas partes, tem a primeira estruturada como um desafio recitado, ao longo do qual a referência ao caráter suspeito e ilícito do discurso acadêmico sobre a cultura é uma constante. Já a segunda parte é cantada em ritmo milongueiro, propondo os fundamentos do culto às tradições missionárias e delegando ao “payador indomado” a missão de manifestá-las, de transmiti-las e de zelar por sua integridade. As páginas seguintes trazem o poema na íntegra.

Defeito

Noel Guarany

Existem falsos professores	Supérfluos proselitismos
De canudos mal-havidos,	Dos ateus da realidade
Chacais da literatura	Descrentes do autoctonismo.
Lordecos, subnutridos	Regionalismo não falo
De gestação duvidosa	Só em termos continentinos
Foram neste mundo parido.	De oceano para oceano
Do rincão da Bossoroca	Do Caribe ao muro andino,
Da São Luiz à academia	Meu povo só tem fronteiras
Lá das Missões	Marcadas pelo destino.
Oriental pátria,	Nos alfarrábios da história
Folclore e poesia	Atenienses e espartanos
Patriotismo hereditário	Banharam de sangue a terra
Payador por dinastia	Entre gregos e troianos
Que academia bagual	– Nós aqui, os missioneiros,
Barbaresca e secular	Com lusos e castelhanos.
Regada com sangue e suor	Ficou ruínas em Atenas
Planta-se pátria pra dar	E ficou ruínas aqui
Nativismo é recompensa,	Registro maquiavélico
Folclore, pra replantar.	Da minha pátria guarani
Nesse mundo legendário	– Por que tombou Tiarajú
Exponho todo o atavismo	E o guapo Guacurari.
Misto de um grito de guerra	Aí está reles gringos
Ressonâncias de lirismo	De canudinho suspeito:
Rebatendo aos quatro ventos	O teu falso paramento

A monge não dá direito.
– Direitos, só eu que tenho
Dou sursis ao meu defeito.
Ah, payador indomado
Sempre a lutar contra o vento
A pátria é um fundamento
Um grito no descampado.
É um eco renovado
Na garganta da querência
Desafiando a prepotência
Que quer ditar os valores,
Mas a estes ditadores
Não chamamos de excelência.
Nasci no centro dos ventos
No barro das orações
Meu destino são raízes
Que brotam das Reduções
– Onde o canto é a voz da pátria
Misteriosa das Missões.
Por isso, a bem da história
Hei de cantar altaneiro
Dizendo verdades cruas
No meu estilo campeiro
– Quando o Rio Grande nasceu
Já existia um missioneiro.

Assim erguemos a pátria
Como quem ergue um altar
E a guardamos sagrada
No viver e no cantar
As legendas missioneiras
Que jamais hão de manchar
É um dever dos payadores
Zelar o bem da verdade
Com a garganta nos tentos
E um rasgo de eternidade
E seguir cruzando o mundo
– Escravos da liberdade.
Como disse Martín Fierro
– O cantor, legenda e glória
Que deixou para o porvir
Salmos da crioula história
– Saibam que esquecer o ruim
Também é se ter memória.
E vou calando a guitarra
– A deusa da pulperia
Que me acompanha gaudéria
Nas minhas andanças bravias
Fecundando a pampa grande
– alma, garra e melodia

Vê-se que, de saída, o *payador* evidencia um endereço previamente determinado para a contundência dos seus versos, expondo, em tom de denúncia, a existência de “falsos professores, os chacais da literatura.” Através dessa referência velada ao crítico literário Moysés Velhinho, o autor também reclama, para quem “vive” cotidianamente a tradição, a autoridade última em designar as raízes culturais do gaúcho: nesse caso, presume-se que a história pertença a quem a carrega na memória, integrando o “hoje” ao *mundo legendário* (o processo histórico vivido como recordação) que lhe dá sentido.

A natureza desse argumento permaneceria opaca se não se soubessem as razões pelas quais o autor decidiu optar pelo acento diacrítico. Essas razões evidentemente ultrapassam em muito o terreno da “criatividade artística”, que é socialmente condicionada e, por isso mesmo, acionada num jogo de oposições que privilegia determinados cenários e personagens em detrimento de outros. À luz do conhecimento histórico, o poema torna-se então *documento*, dado material e base de análise de um problema de hegemonia cultural que deve ser integrado à história política e social rio-grandense.

A *payada* mistura presente e passado num tempo mítico (ao invés de progressivo, repetitivo), eliminando as fronteiras políticas e privilegiando referenciais históricos e geográficos capazes de caracterizar a cultura rio-grandense numa matriz local vinculada ao Prata. As âncoras do passado indiviso são os pontos de ligação com a “outra banda”, como o limite “natural” do rio Uruguai, a experiência jesuítica dos Sete Povos, a presença indígena, o contrabando de gado, os “xibeiros” e caudilhos de parte a parte envolvidos nas revoluções Farroupilha, Federalista e Cisplatina, como David Canabarro, Aparício e Gumercindo Saraiva, Silveira Martins e Andresito Artigas.

Noel Guarany, ocupado em localizar a experiência missionária como berço gerador do gaúcho, na estrofe “Do rincão da Bossoroca/Da São Luiz à academia/Lá das Missões/Oriental pátria, folclore e poesia/Patriotismo hereditário/Payador por dinastia”, começa por anunciar a própria procedência, reclamando desde já a autoridade

de “filho da terra” para se pronunciar em nome dela. Simultaneamente, ele afirma o vigor e o valor da *academia autóctone* (numa espécie de paródia à popular “escola da vida”), forjada pela história sangrenta das Missões. A academia então seria vigorosa porque instalada na memória, herdada, presentificada e atualizada pelos *payadores*.

Nos versos seguintes, a referência ao universal, representada pela guerra de Tróia, coloca o passado das Missões em pé de igualdade com os acontecimentos mais “nobres” da tradição ocidental. Ambas as guerras – guaraníca e ateniense – são entendidas como alvorecer da história. O uso do termo “alfarrábios” é aqui significativo, porque reclama o valor pela antiguidade e toma a experiência jesuítica como marco inicial de ocupação do RS – o que fora tradicionalmente negado pelos historiadores.

A presença indígena é nobilitada, tanto pela figura de Sepé Tiaraju, quanto pela evocação de um herói platino sob o pseudônimo Guarany (Andresito Artigas é o “guapo Guacurari, índio reduzido em São Borja e adotado por José Artigas). Desse modo, a filiação étnica torna-se parte da condição heróica: o próprio autor da poesia auto-intitula-se “*Guarany*”; ele, a pátria e os missionários; os inimigos são os lusos e os castelhanos. Assim, o que havia sido pejorativamente nomeado pela ala documentarista do Instituto como “ruínas” e “lendas” é revertido em emblema: as ruínas, que seriam sinônimo de insignificância cultural, transformam-se em testemunho material do passado, e as lendas, o terreno fértil que permite a transmissão da memória entre as gerações.

Os dois últimos versos da estrofe, “Nesse mundo legendário/ exponho todo o atavismo/ Misto de um grito de guerra/ Ressonâncias de lirismo/ Rebatendo aos quatro ventos/ Supérfluos proselitismos/ Dos ateus da realidade/ Descrentes do autoctonismo”, exprimem um dos fundamentos essenciais ao discurso ancestral: o de operar sobre uma identificação *consentida* ou, pelo menos retrospectivamente – como disse Dukheim a propósito da religião –, sobre “uma ilusão bem fundamentada” (apud Bourdieu, 1989, p.121). O seu poder de realização efetiva está no reconhecimento pelo grupo da verdade

imaginada, e tanto Noel Guarany quanto os alvos de sua denúncia entendem essa realidade como um dado natural, uma verdade apriorística.

Ao mesmo tempo, independentemente do sentido dado pelo autor aos versos da mencionada estrofe, eles colocam, sob as expressões “ateus da realidade” e “descrença no autoctonismo”, um problema enfrentado durante muito tempo pelas análises das lutas de representação. Apenas muito recentemente foi possível perceber-se o caráter *performativo* dos discursos de construção de identidades, isto é, o poder que a “crença coletiva tem de criar, pela sua energia mobilizadora [as “ressonâncias de lirismo”], as condições de sua própria realização” (Bourdieu, 1989, p.121).

Nos versos “Regionalismo não falo/Só em termos continentinos –:/De oceano para oceano/Do Caribe ao muro andino/Meu povo só tem fronteiras/Marcadas pelo destino./Ah, payador indomado/Sempre a lutar contra o vento/A pátria é um fundamento/Um grito no descampado./É um eco renovado/Na garganta da querência/Desafiando a prepotência/Que quer ditar os valores/Mas a estes ditadores/Não chamamos de excelência.”, o autor enuncia as fronteiras da região: a pátria como “um fundamento”, um “eco renovado”, supõe a perpetuação da unidade passada pela memória presente – missão do mediador/*payador*. O regionalismo parte não de “termos continentinos” (ou seja, a banda de cá do rio Uruguai), mas das “fronteiras marcadas pelo destino”, pela história.

A região delineada por Noel Guarany supõe, portanto, uma aproximação radical com os países platinos (o que se expressa também no vocabulário empregado no poema, repleto de termos adaptados ao português, ou transpostos do castelhano). O recurso serve para reforçar sua identificação de *payador* afinado com as linhagens celebrizadas de folcloristas argentinos. Por conta disso, o jogo de oposições desloca-se da contraposição portuguesas *versus* espanhóis, Brasil *versus* Argentina e Uruguai – segundo as tradicionais versões historiográficas do IHGB e IHGRS – para guaranis *versus* lusos e castelhanos, ou ainda missionários *versus* “reles gringos”.

A oposição campo *versus* cidade está referida, neste caso, à lógica interna da “província” (o RS). Como a disputa se dá pela definição dos termos *originais* do suposto *caráter regional*, e a contenda ocorre entre um leigo e as autoridades intelectuais do estado, não se trata aqui de opor o estado como um todo à capital do País, mas de contrapor o interiorano (sintetizado na figura típica do gaúcho) aos “almofadinhas” da capital.³⁵ Ao mesmo tempo, a figura idealizada do gaúcho libertário é conformada como antítese do colono servil e roceiro, os “reles gringos”. Noel encobre, dessa forma, todas as alteridades internas, como a presença de imigrantes alemães e italianos nas Missões e a prática simultânea da atividade pastoril e da agricultura familiar na região. Preocupado em identificar as Missões com a origem do gaúcho, ele unifica o pampa – conformação topográfica limitada à fronteira sul e oeste do estado.

O uso situacional das classificações e dos estigmas é um bom indício de que as formas de solidariedade produzidas, partilhadas e disputadas pelos indivíduos em sociedade são muitas, o que impugna a hipótese de que a nacionalidade ou mesmo a identidade regional imponham-se como princípio básico de classificação entre os homens. Na verdade, categorias múltiplas e transterritoriais, como as identidades geracional, religiosa e de classe, não são excludentes entre si; cada uma delas é, pelo contrário, acionada em circunstâncias diferentes com vistas à satisfação de interesses específicos de grupos determinados, em circunstâncias também determinadas. É a própria lógica segmentar do pertencimento o elemento que confere sua eficácia às classificações de origem, uma vez que, ao serem acionadas, elas mascaram as demais diferenças.

Na segunda parte do poema, o autor muda de interlocutor, dirigindo-se apenas indiretamente à Academia. Ele passa a privilegiar, primeiro, a evocação de seus próprios atributos de menestrel. Aqui ele se dirige prioritariamente ao grupo do qual se alça a porta-voz, e isso é fundamental na medida em que constitui um mecanismo a mais de exclusão da autoridade do IHGRS sobre as Missões, fundamentando o sentido *manifesto* do poema. Por sua vez, o *manifesto* – veículo privilegiado de demarcação das posições nas lutas

de representação – ao unificar identidades, alçando o grupo à existência social, tanto diante de outros grupos quanto de si mesmo. Pela objetivação verbal da existência do grupo, ele dá a partida à mobilização pelo direito ao reconhecimento da diferença (Bourdieu, 1989, p.118). Não obstante, a eficácia das palavras dependerá, neste como em qualquer caso, do reconhecimento da autoridade de quem fala pelo grupo ao qual se dirige. Por isso é que o autor inicia a canção pela demonstração de sua própria origem, antes mesmo de falar em nome daqueles que quer representar, atestando assim a legitimidade do discurso para o próprio grupo em nome do qual se expressa.

Finalizando, é necessário salientar o sentido imaginário do “grupo” a que se dirige o poeta. A ênfase da obra está toda em fundamentar sua existência pela ancestralidade: seja o missioneiro agricultor, peão, imigrante, ou qualquer outro, ele participa do “grupo” na medida em que *berda* o passado regional. O “dever do *payador*”, para Guarany, é justamente transmitir essa herança de pertencimento. Aos que consideram a reprodução de uma unidade imaginária como sinônimo de ilusão histórica, faltaria saber que ter uma identidade própria não é apenas ver-se a si mesmo, mas ser socialmente reconhecido enquanto tal.

Considerações finais

Após tantos jogos semânticos, talvez haja tempo para uma pergunta retórica: afinal, o que é a memória? Uma resposta provisória diria que ela é o tanto de passado que permanece no presente. Como o texto tentou demonstrar, porém, esse passado não se mantém vivo como uma espécie de precipitação (no sentido que a química dá para a palavra) da experiência em nossa consciência através do tempo. Fosse assim, não teríamos memórias herdadas e aprendidas no próprio processo de socialização pelo qual passamos ao longo da vida. Na verdade, a presentificação do passado depende de um trabalho ativo de rememoração que, além de inventivo e seletivo, é político porque regido pela interação entre atores e grupos situados

em posições freqüentemente desiguais na escala social. Por outro lado, trabalhar sobre os usos sociais do passado representa, para o historiador, uma espécie de confronto consigo mesmo. Isso porque, seja numa abordagem mais etnológica das cosmologias elaboradas por sociedades ágrafas, seja numa abordagem mais política, centrada nas instituições ou na dimensão simbólica da violência exercida pelo Estado, o tema traz consigo necessariamente a interrogação inversa sobre o estatuto disciplinar da História, posto que, quando se pergunta o que é a memória, está-se perguntando, indiretamente, o que as distingue a ponto de uma tornar-se objeto da outra.

Como foi mencionado, já não é mais atribuição da disciplina registrar os fatos marcantes da epopéia nacional. O que uma História contemporânea da memória pretende é avaliar a repercussão social de determinados acontecimentos e a dinâmica com que são produzidas essas repercussões, situando o problema em uma determinada duração. Sem se dar por vencida pela autoridade da experiência, como quer Guarany, ou se contentar com descrever por não poder explicar, o objetivo de uma tal análise será, como disse Jean Pierre Rioux, fecundar a tensão fulcral deste debate, que é a defasagem existente entre o instituído e o vivido, cuja avaliação é um dever de ofício para o historiador.³⁶

De acordo com a sugestão desse autor, inserida em uma história social da cultura, o escrutínio da memória conduz a aplicar as regras mais “positivas” do *metier* de historiador, aquelas que objetivam e socializam o tempo, contado e recortado numa narrativa. Contudo, essa operação só ganha consistência epistemológica na medida em que se reconciliar com o fato de ser, como sua própria matéria de análise, um modo socialmente regulado de apropriação do passado. É ao preço de se haver com o compartilhamento da linguagem entre si e seus objetos que uma história da memória institucional vai revelar sua potencialidade heurística, consciente de que o passado é sempre mediado e de que o tempo não é uma dimensão unívoca da realidade, mensurada pelo relógio ou pelos sentidos. Ele é, a um só tempo, o substrato ontológico da história e uma escolha do historiador, razão

pela qual essa escrita tomará sempre – na função evocatória da narrativa, na percepção do efêmero e da alteridade que ela traz consigo – uma coloração emotiva. Em suma, a intensidade afetiva própria de todo discurso acerca do ausente torna plástico o trabalho do historiador, fazendo do seu texto um portador de memória potencial.

Regionalism, historiography and memory: Sepé Tiaraju in two turns

Abstract. The paper explores the way as different processes and actors work on collective memories, focusing specifically on relations between regionalism and national identity at Rio Grande do Sul. Retaking opposed positions referring to the “weight” of the *Missões* in the local memory, it examines official and alternative representations of *gaúcho* traditions. Both are linked to a regional discourse, endorsed by State’s action in its relations with intellectuals on one hand, and on the other hand by citizens identified with popular art and traditionalism. Finally, this text points out the interdependence relations between History and Memory, considering that the knowledge of the struggles for controlling cultural identities allows to place the issue of social identity of historians, and their different historiographic styles.

Keywords: Memory. Historiography. Regionalism. Rio Grande do Sul.

Notas

¹ “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de **continuidade** e de **coerência** de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (Pollak, 1992, p. 204).

² A História como uma operação, segundo o conceito formalizado por Michel de Certeau, é o resultado da combinação entre um *lugar social* (uma profissão, um meio), uma *prática*, isto é, os procedimentos de análise e as regras que lhe conferem um caráter disciplinar, e uma *escrita* (o texto histórico). Com esse pressuposto, Certeau ressalta o caráter institucional, o jogo de forças sociais e as regras de composição ocultas na escrita histórica, permitindo integrar “a” História à realidade social enquanto atividade humana, enquanto prática (Certeau, 1982, p.66).

³ A região das Missões – cujo nome deriva das reduções de índios guaranis catequizados pelos jesuítas a serviço da coroa espanhola a partir do século XVII – ocupa a parte noroeste do estado, entre a fronteira com a Argentina e com os

campos de cima da serra, correspondendo à área banhada pelos rios Ijuí, Ibicuí, até o Jacuí. Essa região, de onde se repeliram ataques bandeirantes no século XVI, permaneceu em litígio entre espanhóis e portugueses desde 1750, e só foi permanentemente ocupada pelos últimos em 1801, com o Tratado de Badajoz.

⁴ O problema dos lugares institucionais de memória é o objeto particularmente trabalhado pela análise da construção da memória nacional francesa, na coleção de sete volumes organizados por Pierre Nora entre 1984 e 1992, publicados pela Editora Gallimard. Algumas citações serão referidas à edição *in quarto*, em três volumes publicados em 1997 pela mesma Editora.

⁵ A fusão de pressupostos evolucionistas com o adágio ciceronianista da história *magistra vitae* formam o eixo em torno do qual Lindolfo Collor, em discurso de abertura à cerimônia de fundação do IHGRS, sintetizou as relações da história com outros saberes, definindo suas finalidades: “[...] como a história é rigorosamente uma ciência de observação em que se resumem todas as outras, a sua sistematização não será possível sem um estudo constante dos fatos que nela se concatenam, de sorte a se irem estabelecendo em leis todos os fenômenos que se ligam entre si por circunstâncias invariáveis de semelhança, coexistência ou sucessão. O estudo da história tem, pois, uma dupla e convergente finalidade: – Visto por um prisma restrito, dá às sociedades que o praticam a possibilidade sempre renovada de melhor preparar o futuro pelo conhecimento do passado, ao passo que, de um ponto de vista mais amplo e geral, concorre para a fixação sistemática das leis que regem o gradual desenvolvimento da humanidade, tanto moral como material.” (Collor, 1921, p.4-5).

⁶ Rubem Oliven (1992) assinala que, nas atualizações da auto-representação regional, as peculiaridades históricas do estado sustentaram, de um lado, a ênfase na fragilidade dos laços mantidos com o resto do país e, de outro, o meio de afirmação da brasilidade do Rio Grande.

⁷ Ver Lins de Barros (1989, p. 30).

⁸ Em resposta à psicologia de Bergson, Halbwachs (2002) argumenta, no início de *Le Cadres Sociaux de la Mémoire*, não haver razão para “[...] perguntar-se onde estão as lembranças, onde elas se conservam, se no meu cérebro ou em qualquer canto de meu espírito onde só eu teria acesso, pois que elas me vêm do exterior, e porque os grupos aos quais pertencço oferecem-me a cada instante os meios de as reconstruir”.

⁹ Para autores como Pierre Nora e Jacques Le Goff, a desidentificação traduz o nascimento de uma “consciência historiográfica” na disciplina: “alguma coisa fundamental se inicia quando a história começa a fazer sua própria história. O nascimento de uma preocupação historiográfica [...] interrogando-se sobre seus meios materiais e conceituais, sobre os procedimentos de sua própria produção e as etapas sociais de sua difusão, sobre sua própria constituição em tradição, toda a história entrou em sua idade historiográfica, consumindo sua desidentificação

com a memória. Uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível.” (Nora, 1997, p.28). Jacques Le Goff (1992, p.542), citando François Furet, designa uma “revolução da consciência historiográfica” que desloca o próprio fazer histórico da periferia para o centro do debate, ao afirmar que, no século XIX, “ao princípio era o documento; hoje, ao princípio é o problema”.

¹⁰ Cf. a “epistemologia da coincidência”, referida por Roger Chartier em *À Beira da Falésia* (2002, p. 13).

¹¹ Michael Pollak foi um dos primeiros autores a ressaltar a opressão de memórias oficiais sobre agentes que viveram experiências largamente apropriadas pelo estado Nacional. Em estudo sobre o silenciamento público e a formalização de uma “memória subterrânea” entre ex-deportados judeus, mostrou que “No momento do retorno do reprimido, não é o autor do ‘crime’ [a Alemanha] que ocupa o primeiro lugar entre os acusados, mas aqueles que, ao forjar uma memória oficial, conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas.” O mesmo autor adverte que “Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas [...] não remete forçosamente à oposição entre Estado dominante e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritário e sociedade englobante.” (Pollak, 1989, p. 5).

¹² Segundo o autor, “é nesta dimensão simbólica, a menos estudada e talvez a mais nova, que se situa hoje a reinterrogação do político pela história, pela filosofia, pelo direito e pela literatura” (Nora, 1992b, V. II, p. XXI). Vale destacar que, neste caso, colocar o problema que define a construção do objeto nos termos de um determinado nível de realidade não implica considerar instâncias hierarquicamente dispostas entre o que seria *a realidade* (“objetiva”) e as *representações da realidade* (“subjetivas”), mas em afirmar a equivalência dos objetos do conhecimento com respeito à adoção de uma determinada perspectiva de análise. Cf. Chartier (1990, p.73-80).

¹³ A expressão é de Rioux (1997, p. 327).

¹⁴ Em *La Creation des Identités Nationales*, Anne-Marie Thiesse (1999, p.207) propõe a análise, em meio ao processo de criação das identidades nacionais européias, dos esforços intelectuais empreendidos para provar a existência concreta da nação. Deslocando a ênfase do inventário de atributos ancestrais para os mecanismos e veículos de sua construção e disseminação, a autora ressalta o trabalho de observação mútua intrínseco à criação de *check lists* identitários, acrescentando que “é preciso de tudo para criar um mundo, mas a lista dos ingredientes necessários à representação de uma identidade nacional é bem delimitada”.

¹⁵ Críticas à metodologia aplicada na formulação desses conceitos poderão ser encontrados em Nedel (1999, p. 22 et passim, 2004).

¹⁶ Este cânone concentrou sobre si praticamente toda a prosa de ficção produzida no estado até os anos 50 e teve, no conto – que, até os anos 30, era o gênero de iniciação, dando lugar em seguida ao romance social –, sua expressão preferencial.

¹⁷ Cesar Guazzeli (2001/2002, p.58) mostra bem como, do processo de regeneração pletórica do gaúcho no Uruguai, Argentina e Brasil, saíram gêmeos bivitelinos, gerados no fundo comum da paisagem fronteiriça: “Guardadas as proporções – nos países de fala castelhana o gaúcho esteve relacionado à defesa de *lo nuestro* contra o estrangeiro, e no Rio Grande assumiu o papel de ‘sentinela avançada’ do Brasil –, [enquanto] dos dois lados da fronteira assumiu características estereotipadas que diziam respeito à liberdade, força, orgulho, rudeza, reunindo as melhores qualidades do trabalhador rural às do guerreiro que defende as justas causas, como independência, república, federalismo e nacionalidade.”

¹⁸ Sobre a entrada desses referenciais no Rio Grande do Sul, ver Nedel (1999, cap. IV).

¹⁹ A Comissão, criada em 1948 e oficiosamente sediada no Museu Julio de Castilhos, era a representante oficial gaúcha da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. Sua organização em 1947, como parte da convenção internacional de criação da UNESCO, representou a partida rumo a um enérgico esforço em prol da institucionalização dos estudos de Folclore no Brasil, projeto disciplinar defendido em um momento estratégico e intermediário dentro do desenvolvimento das Ciências Sociais. Ver Nedel (1999) e Vilhena (1997).

²⁰ Nas décadas de trinta e quarenta, consagra-se, no Brasil, o parâmetro *regionalista* de composição literária e pictórica da cultura nacional, que havia sido lançado pelos modernismos. Como ressaltou Heloísa Pontes, as experiências culturais de vanguarda do decênio anterior perdem, desde aí, a marca original de transgressão, sofrendo um processo de “normalização” (Pontes, 1988, p.58). No mesmo período – marcado pelo desenvolvimento do mercado interno de bens culturais e o chamado “boom” das atividades relacionadas ao livro – as grandes editoras, seus catálogos e os anuários brasileiros de Literatura formariam, juntamente com o Estado, uma arena privilegiada de delineamento dos contornos regionais do mapa brasileiro, assim como da identidade social dos escritores. Segundo Gustavo Sora, eles mediarão uma competição intelectual “[...] marcada pelo problema da unidade entre as unidades da federação. Literatura ou interpretações das regiões eram os produtos que mediavam [a] disputa entre intelectuais de diferentes rincões do país pela imposição de ‘tipos humanos’ e ‘tradições genuinamente brasileiras’.” (Sorá, 1998, p. 248).

²¹ Tais sugestões constam no “Prefácio” de Gilberto Freyre à coletânea *Região e Tradição*, publicada em 1940.

²² Ali, em 7 de fevereiro de 1756, três dias antes da famosa “Batalha de Caibaté” – desfecho trágico da guerra –, Sepé foi abatido numa escaramuça pelo governador de Montevideú, José Joaquim Viana, membro das forças espanholas de demarcação das Missões. Tiaraju havia sido um dos principais líderes da resistência à entrega das Reduções, de seus bens e terras aos portugueses e à transferência compulsória

Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos

de toda a população reduzida para terras de Espanha, sem direito a levar consigo quaisquer bens.

²³ Os pareceres históricos do Instituto eram usados na elaboração do calendário festivo regional, na construção de obras e monumentos, na liberação de verbas para compras de acervo a museus locais e na confecção dos símbolos oficiais dos poderes públicos. Exemplo disso foram as encomendas do escudo da prefeitura de Porto Alegre, cuja data de fundação, depois de intensa discussão entre os historiadores, acabou trocada de 1740 para 1772. Especificamente quanto ao caso Sepé, o parecer do Instituto, a réplica apresentada na assembléia seguinte e muitos manifestos de historiadores, folcloristas e tradicionalistas estão reproduzidos nos apêndices da chamada “Obra Completa” de Mansuetto Bernardi, escrita em 1957 e toda ela dedicada ao assunto. Ver Bernardi (1980). Uma análise, sob outro ponto de vista, dessa discussão pode ser encontrada em Gutfreind (1989, p. 200 e seguintes).

²⁴ *Parecer da Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul Contra Sepé Tiaraju* (Bernardi, 1980, p. 139).

²⁵ Moysés Velhinho foi um estudioso da literatura e da história dos mais atuantes e controversos do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira como crítico literário, já protagonizando polêmicas quando, em meados de 1925, sob o pseudônimo de Paulo Arinos, travou debate na imprensa com Rubens de Barcellos a propósito da obra de Alcides Maya. Participou dos preparativos da Revolução de 30, ao lado de Oswaldo Aranha, e, após a vitória, seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de exercer a função de chefe de seu gabinete no Ministério das Relações Exteriores. Retornou um ano depois para Porto Alegre, onde continuou militando na imprensa partidária nos jornais *Jornal da Manhã* e *A Federação*, órgão do Partido Republicano Liberal, sucessor do PRR. Foi deputado estadual por esse partido de 1935 a 37. Ingressou no IHGRS em 1949.

²⁶ Membro do IHGRS desde 1927, foi Intendente Municipal de São Leopoldo, diretor da Livraria do Globo entre 1918 e 1930, fundador da famosa *Revista do Globo*, amigo de Alcides Maya e líder influente do chamado “grupo da Livraria”. Além disso, já tinha sido diretor de escola, funcionário da Secretaria do Interior do RS e partícipe da campanha revolucionária de 30, sendo chamado por Vargas para dirigir a Casa da Moeda, entre 1930 e 1938.

²⁷ O Manifesto foi publicado pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em 5.2.1955.

²⁸ Na réplica, transparece o “remorso” do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger ao falar dos motivos que o teriam levado a refutar a Comissão e o próprio voto: “ia-se me agravando no espírito a nítida sensação de se haver cometido uma flagrante injustiça contra um índio altamente benemérito do nosso velho Rio Grande, que dera a sua vida por uma causa das mais nobres e que deveria sair a defendê-lo”. Luiz Gonzaga Jaeger, *Refutação do Parecer da Comissão de História* (apud Bernardi, 1980b, p. 146).

²⁹ O contraparecer leva o título de *Pá de Cal sobre o Assunto Sepé*. Nele, historiadores ligados aos estudos de folclore, como Dante de Laytano e Walter Spalding, e militares, como De Paranhos Antunes e Henrique Oscar Wiedespahn, aliados e amigos de Dante de Laytano, posicionam-se ao lado de Bernardi, identificando em Sepé, entre outros valores, o de ter sido um gaúcho “muito mais brasileiro – não no sentido político e moderno do vocábulo, mas no sentido etnogênico e racial do que os mais velhos rio-grandenses, pois estes descendem de lusitanos aqui aportados, no máximo há 230 anos, ao passo que ele provinha de uma ‘nação’ aqui radicada ‘desde o tempo do dilúvio’” (Cf. Bernardi, 1980b, p. 171).

³⁰ Nos cadernos culturais do *Correio do Povo*, encontra-se, dois anos após, ainda a continuidade da polêmica, sucedendo-se artigos pró ou contra o Monumento. Ver, a título de exemplo, as posições de Castro (1957, p. 8) e Ferreira Filho (1957, p. 13). Também é notável, quanto à longevidade da discussão, o fato de que, quase dez anos mais tarde, Moysés Velhinho (1964) retome sua posição e amplie os argumentos contra Bernardi e Teschauer ao publicar *Capitania d’El Rey*: aspectos polêmicos da formação rio-grandense.

³¹ Neste caso, em consonância com Roger Chartier, à “representação” devem-se atribuir três sentidos simultâneos: um primeiro, inspirado nas críticas de Durkheim e Mauss às filosofias apriorista e empirista da consciência, de esquemas partilhados de percepção e de juízo herdados, que corresponderiam à própria incorporação no indivíduo da estrutura social – “as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos”. O segundo sentido diz respeito à construção dinâmica dos significados, que corresponde ao processo de luta pela imposição das identidades sociais: “as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. Por último, o sentido mais cênico da palavra tem a ver com a “apresentação” da identidade social – “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade” (Chartier, 1990, p. 23).

³² “O trabalho de enquadramento da memória alimenta-se do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.” (Pollak, 1989, p. 9-10).

³³ Expressão empregada pelo poeta Jayme Caetano Braum nos versos de apresentação de Noel Guarany no disco *Quatro troncos missioneiros* (Rio de Janeiro, CBS, s/d): “[...] Noel Guarany/Tropeando desde guri/Nunca cai em arapuca/Mais brabo do que mutuca/Vem do berço de Sepé/Andou morando em Bagé/Na Baixada do Manduca”.

Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos

³⁴ O poema foi transcrito do disco *Alma, Garra e Melodia*. Coleção Música Popular do Sul, Rio de Janeiro: copacabana; FINEP, 1981.

³⁵ É recorrente, na obra de Noel Guarany, a referência pejorativa aos centros urbanos de formação intelectual: além da alusão aos “canudos mal-havidos” dos professores de Porto Alegre, em outras poesias, ele constrói personagens que vão “comprar canudos em Pelotas”. A constância dessas referências, se guarda alguma relação com o baixo grau de instrução formal do poeta, remete mais à tradição *gauchasca* de Martín Fierro, na qual a formação na “escola da vida” distingue o *gaucho* dos filhos ilustrados de estancieiros cosmopolitas.

³⁶ “O historiador da memória deve viver e ultrapassar [...] uma tensão fecunda mas lancinante e seguidamente incômoda: o esquitejamento, constitutivo do domínio cultural, entre o **instituído e o vivido**: entre, de uma parte, as memórias nacionais em contínuo, autárquicas, comemoradas, auto-satisfeitas, ensinadas para serem partilhadas e, de outra parte, as memórias particulares, comunitárias ou ‘multiculturais’, soltas ao vento e muito ao sabor de um tempo deslocado.” (Rioux, 1997, p.327).

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquém de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

BERNARDI, Mansuetto. *O primeiro caudilho rio-grandense: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1980a.

_____. Evocação de Sepé Tiaraju. In: _____. *O primeiro caudilho rio-grandense: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1980b.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p.107-132.

CASTRO, Julio Sergio de. Canto a Sepé. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 23 nov. 1957.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.347-389, jan./dez. 2004

Letícia Borge Nedel

CHARTIER, Roger. *A histórica cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. *Revista do IHGRS*, Porto Alegre, n. 1, p. 3-7, 1921.

ETELVEIN, Gilmar. A volta do missioneiro. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 set. 1988. 2º Caderno.

FERREIRA FILHO, Arthur. Caudilho não. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 2 nov. 1957.

FERRO, Marc. Les oublis de l'histoire. *Communications – La mémoire et l'oubli*, Paris, n. 49, p.59, 1989.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: _____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Disponível em: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/frances/obra/livros/pref_brasil/regiao.htm>. Acesso em: 02/11/2002.

GASNIER, Thierry. Le local. Une et divisible. In: NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992. Les France, p. 3423-3478.

GUAZZELLI, Cesar A. O duplo espelho: o humor na literatura do Rio Grande do Sul. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p.45-70, 2001/2002.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-28, 1988.

GUTFREID, Ieda. *A construção de uma Identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975*. 1989. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. A historiografia sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro. In: GONZAGA, S.; FICHER, L. A. (Org.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. p.148-152.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Québec: Chicoutimi, 2002. (Les classiques de sciences sociales). 1ª edição 1925. Disponível em: <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>. Acesso em: 13/4/2003.

JAEGER, L. G. Refutação do Parecer da Comissão de História. In: BERNARDI, M. *O primeiro caudilho rio-grandense: fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina Editores, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.347-389, jan./dez. 2004

Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos

- LINS DE BARROS, Myrian. Memória e família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.29-42, 1989.
- NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- NEDEL, Letícia Borges; Rodrigues, Mara Cristina M. *Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul*. *Agora*, Unisc, 2004. No prelo.
- NOEL Guarany canta na Assembléia. *Zero Hora*, Porto Alegre, 4 ago. 1977.
- NOEL Guarany pára de cantar em protesto. *O Interior*, Carazinho, 7 nov. 1983.
- NORA, Pierre. Comment on écrit l’histoire de France? In: : _____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992a. V. II, p. 24.
- _____. L’ère de la commémoration. In: _____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. V. 3, p. 4687-4720.
- _____. Presentation. In: _____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1992b. V. II, p. XXI.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3. n. 9, p.5-14, 1989.
- POLLAK, Michael. *L’expérience concentrationnaire: essai sur le maintien de l’identité sociale*. Paris: Éditions Métailié, 2000.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 200-212, 1992.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.
- PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um estudo dos editores, das editoras e das “Coleções Brasileiras” nas décadas de 1930, 40 e 50. *Bib*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 56-90, 2º sem. 1988.
- RENAN, Ernest. *Quest-ce qu’une nation?* Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 1997.

Letícia Borge Nedel

RIOUX, Jean-Pierre. La mémoire collective. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997. p. 235-253.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: a casa José Olympio e a instituição do livro nacional*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1998.

THIESSE, Anne-Marie. *La creation des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999.

VELHINHO, Moysés. *Capitania d'El Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1964.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE; FGV, 1997.

389